

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	12
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	14
---	----

Notas Explicativas	30
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	60
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	62
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	63
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.034.122.500
Preferenciais	0
Total	2.034.122.500
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1	Ativo Total	3.707.357	3.087.199	0
1.01	Ativo Circulante	1.308.731	1.032.181	0
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	622.035	34	0
1.01.02	Aplicações Financeiras	489.970	1.027.015	0
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	489.970	1.027.015	0
1.01.03	Contas a Receber	167.769	0	0
1.01.03.01	Clientes	167.769	0	0
1.01.03.01.01	Contas a Receber	165.953	0	0
1.01.03.01.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	1.816	0	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	27.267	2.909	0
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.430	2.223	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	260	0	0
1.01.08.03	Outros	260	0	0
1.02	Ativo Não Circulante	2.398.626	2.055.018	0
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.934	650	0
1.02.01.07	Tributos Diferidos	2.668	650	0
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	266	0	0
1.02.03	Imobilizado	95.684	0	0
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	185	0	0
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	10.718	0	0
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	84.781	0	0
1.02.04	Intangível	2.300.008	2.054.368	0
1.02.04.01	Intangíveis	2.300.008	2.054.368	0
1.02.04.01.02	Intangível	2.019.254	2.054.368	0
1.02.04.01.03	Infraestrutura em construção	280.754	0	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2	Passivo Total	3.707.357	3.087.199	0
2.01	Passivo Circulante	307.561	7.102	0
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	11.406	0	0
2.01.02	Fornecedores	81.934	99	0
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	81.913	99	0
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	21	0	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	74.910	310	0
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	65.955	310	0
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	56.455	0	0
2.01.03.01.02	Impostos e contribuições a recolher	9.500	310	0
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	8.955	0	0
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	5.224	1.443	0
2.01.04.02	Debêntures	5.224	1.443	0
2.01.05	Outras Obrigações	134.087	5.250	0
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	13.895	5.250	0
2.01.05.02	Outros	120.192	0	0
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	113.610	0	0
2.01.05.02.04	Outras obrigações com o Poder Concedente	2.220	0	0
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	50	0	0
2.01.05.02.06	Passivo de arrendamento	4.312	0	0
2.02	Passivo Não Circulante	1.056.907	1.047.236	0
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.048.516	1.047.236	0
2.02.01.02	Debêntures	1.048.516	1.047.236	0
2.02.02	Outras Obrigações	8.382	0	0
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	202	0	0
2.02.02.02	Outros	8.180	0	0
2.02.02.02.03	Obrigações Sociais e Trabalhistas	710	0	0
2.02.02.02.04	Outras obrigações	61	0	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2.02.02.02.05	Fornecedores	598	0	0
2.02.02.02.06	Passivo de arrendamento	6.811	0	0
2.02.04	Provisões	9	0	0
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	9	0	0
2.03	Patrimônio Líquido	2.342.889	2.032.861	0
2.03.01	Capital Social Realizado	2.034.123	2.034.123	0
2.03.04	Reservas de Lucros	308.766	0	0
2.03.04.01	Reserva Legal	22.121	0	0
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	286.645	0	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	-1.262	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.162.372	0	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-482.985	-5.250	0
3.02.01	Custo de Construção	-276.161	0	0
3.02.02	Serviços	-34.304	-5.250	0
3.02.03	Depreciação e Amortização	-36.656	0	0
3.02.04	Custo com pessoal	-68.861	0	0
3.02.05	Materiais, equipamentos e veículos	-20.412	0	0
3.02.06	Outros	-46.591	0	0
3.03	Resultado Bruto	679.387	-5.250	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-56.858	0	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-57.091	0	0
3.04.02.01	Serviços	-18.559	0	0
3.04.02.02	Depreciação e Amortização	-8	0	0
3.04.02.03	Despesas com Pessoal	-30.701	0	0
3.04.02.04	Materiais Equipamentos e Veiculos	-1.221	0	0
3.04.02.05	Outros	-2.555	0	0
3.04.02.06	Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos	-807	0	0
3.04.02.07	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	-9	0	0
3.04.02.08	Água, luz, telefone, internet e gás	-949	0	0
3.04.02.09	Contribuições a sindicatos e associações de classe	-290	0	0
3.04.02.10	Aluguéis de imóveis e condomínios	-1.140	0	0
3.04.02.11	Gastos com viagens e estadias	-549	0	0
3.04.02.12	Impostos, taxas e despesas com cartório	-221	0	0
3.04.02.14	Editais e publicações	-12	0	0
3.04.02.15	Despesas legais e judiciais	-29	0	0
3.04.02.16	Despesas, provisões e multas indedutíveis	-41	0	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	233	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	622.529	-5.250	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.06	Resultado Financeiro	-19.409	3.338	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	603.120	-1.912	0
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-159.433	650	0
3.08.01	Corrente	-161.451	0	0
3.08.02	Diferido	2.018	650	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	443.687	-1.262	0
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	443.687	-1.262	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,21812	-0,00062	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	443.687	-1.262	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	443.687	-1.262	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	393.804	-4.418	0
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	585.664	714	0
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	443.687	-1.262	0
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-2.018	-650	0
6.01.01.03	Depreciação e amortização	36.329	0	0
6.01.01.04	Juros sobre debêntures	146.248	2.626	0
6.01.01.05	Constituição da provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	3.713	0	0
6.01.01.06	Comissão de fiança partes relacionadas	5.429	0	0
6.01.01.07	Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	3	0	0
6.01.01.08	Rendimento de aplicação financeira	-48.147	0	0
6.01.01.09	Reversão do ajuste a valor presente do arrendamento	85	0	0
6.01.01.10	Depreciação - Arrendamento	335	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-191.860	-5.132	0
6.01.02.01	Contas a receber	-165.953	0	0
6.01.02.02	Contas a receber - partes relacionadas	-2.082	0	0
6.01.02.03	Tributos a recuperar	-24.358	-2.909	0
6.01.02.04	Despesas antecipadas e outras	533	-2.223	0
6.01.02.05	Fornecedores	82.430	99	0
6.01.02.06	Fornecedores - partes relacionadas	3.418	5.250	0
6.01.02.07	Imposto de renda e contribuição social a recolher	161.451	0	0
6.01.02.08	Imposto e contribuições a recolher	18.145	310	0
6.01.02.09	Pagamentos com IR e CS	-104.996	0	0
6.01.02.10	Pagamento de provisão para riscos cíveis e trabalhistas	-3.704	0	0
6.01.02.11	Obrigações sociais e trabalhistas	12.116	0	0
6.01.02.12	Outras contas a pagar	111	0	0
6.01.02.13	Outras obrigações com o Poder Concedente	2.220	0	0
6.02.01	Aquisição de ativo imobilizado	-84.974	0	0
6.02.02	Adição ao ativo intangível e infraestrutura em construção	-281.961	-2.054.368	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.02.03	Aplicações financeiras líquidas de resgate	585.192	-1.027.015	0
6.03.01	Debêntures - Captações (líquido dos custos de transação)	0	1.046.053	0
6.03.02	Debêntures - Pagamento de juros	-141.187	0	0
6.03.03	Juros sobre capital próprio pago	-20.049	0	0
6.03.04	Arrendamento mercantil - Pagamentos	-15	0	0
6.03.05	Integralização de capital	0	2.034.123	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	34	0	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	622.035	34	0

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	2.034.123	0	0	-1.262	0	2.032.861
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	2.034.123	0	0	-1.262	0	2.032.861
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-133.659	0	-133.659
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-133.659	0	-133.659
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	443.687	0	443.687
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	443.687	0	443.687
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	308.766	-308.766	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	308.766	-308.766	0	0
5.07	SalDOS Finais	2.034.123	0	308.766	0	0	2.342.889

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	0	0	0	0	0	0
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	0	0	0	0	0	0
5.04	Transações de Capital com os Sócios	2.034.123	0	0	0	0	2.034.123
5.04.01	Aumentos de Capital	2.034.113	0	0	0	0	2.034.113
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	10
5.04.08	Constituição de Capital Próprio	10	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.262	0	-1.262
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-1.262	0	-1.262
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.034.123	0	0	-1.262	0	2.032.861

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	0	0	0	0	0	0
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	0	0	0	0	0	0
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	0	0	0	0	0	0

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.01	Receitas	1.257.162	0	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-115.581	-3.465	0
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-88.704	-5.250	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-26.877	1.785	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.141.581	-3.465	0
7.04	Retenções	-311.618	0	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-36.664	0	0
7.04.02	Outras	-274.954	0	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	829.963	-3.465	0
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	134.272	6.369	0
7.06.02	Receitas Financeiras	134.272	6.369	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	964.235	2.904	0
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	964.235	2.904	0
7.08.01	Pessoal	86.969	0	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	65.644	0	0
7.08.01.02	Benefícios	16.691	0	0
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.630	0	0
7.08.01.04	Outros	1.004	0	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	266.203	1.539	0
7.08.02.01	Federais	207.460	1.539	0
7.08.02.03	Municipais	58.743	0	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	167.376	2.627	0
7.08.03.01	Juros	152.472	2.627	0
7.08.03.02	Aluguéis	14.904	0	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	443.687	-1.262	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	443.687	-1.262	0

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Sobre a Companhia

1.1 Aos Acionistas

Apresentamos a seguir o relatório das principais atividades no exercício de 2022, em conjunto com as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS, acrescidas do balanço social, o qual consideramos importante para divulgar para a sociedade, os parceiros, os investidores e os usuários, a responsabilidade social da Concessionária do Sistema Rodoviário Rio - São Paulo S.A. (CCR RioSP).

Os valores são expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

1.2 Introdução

A Concessionária do Sistema Rodoviário Rio - São Paulo S.A. foi constituída em 2021 e tem por objetivo exclusivo a exploração da BR-116/101/SP/RJ, nos termos do contrato de concessão com a ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres, celebrado em decorrência do edital nº 03/2021.

O sistema rodoviário objeto da concessão apresenta uma extensão total de 625,8 km, incluindo os elementos integrantes da faixa de domínio, além de acessos e alças, edificações e terrenos, pistas centrais, laterais, marginais ou locais, ligadas diretamente ou por dispositivos de interconexão com a rodovia, acostamentos, obras-de-arte especiais e quaisquer outros elementos que se encontrem nos limites da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas à Concessão. Compreendendo os seguintes trechos:

- Rodovia BR-116/RJ– (Extensão: 124,9 km)
- Rodovia BR-116/SP– (Extensão: 230,6 km)
- Rodovia BR-101/RJ– (Extensão: 218,2 km)
- Rodovia BR-101/SP– (Extensão: 52,1 km)



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O contrato foi assinado com o Governo Federal em 28 de janeiro de 2022, com início da concessão em 01 de março de 2022 pelo prazo de 30 anos, encerrando-se em 28 de fevereiro de 2052.

Quase a totalidade de nossa receita advém da cobrança de pedágios na Via Dutra. Em 2022, 98,91% da nossa receita total adveio da cobrança de pedágio e 1,09 % de outras receitas.

1.3 Destaques de 2022

No primeiro ano de concessão, a Companhia executou obras de restauração e recuperação das rodovias BR-116 e BR-101 dentro dos serviços de trabalhos iniciais previstos no contrato de concessão.

A Companhia deu continuidade na operação da Via Dutra com arrecadação de pedágio nas praças de pedágio existentes e serviço de atendimento ao usuário, composto de inspeção de tráfego, atendimento pré-hospitalar e socorro mecânico. Em setembro de 2022 iniciou os serviços de atendimento ao usuário também na BR-101. Destaque para a construção de 10 bases de atendimento na BR-101 e 2 bases novas na BR-116 que serão entregues até o final de fevereiro de 2023.

Em 25 de fevereiro de 2022, foi assinado o 1º termo aditivo ao contrato com vistas a promoção do princípio da modicidade tarifária, mediante o emprego de recursos provenientes de receitas tarifárias excedentes arrecadados no contrato da NovaDutra.

Em 06 de setembro de 2022, foi assinado o 2º termo aditivo ao contrato motivada pela necessidade de excluir a previsão contratual de transferir recursos da conta de ajuste destinada ao pagamento da verba de fiscalização, tendo em vista a impossibilidade identificada junto às equipes dessa agência para operacionalizar a transferência do recurso de forma automática.

2. Desempenho Econômico-Financeiro

2.1 Destaques de 2022

As tarifas de pedágio cobradas pela CCR RioSP são definidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

Em 2022, passaram 76.565.021 veículos pedagiados e 144.794.253 veículos equivalentes bidirecionais nas 8 praças de pedágio.

A receita operacional bruta da Companhia atingiu a marca de R\$ 970.415 milhões com as atividades de transporte rodoviário, e R\$ 1.257.162 milhões, quando foram computadas as receitas financeiras, acessórias e de construção obtidas no período.

2.2 Destaques de 2022

- A Receita líquida operacional (sem receita de construção) atingiu R\$ 886.211;
- O Lucro líquido atingiu R\$ 443.687;
- O EBITDA atingiu R\$ 657.986;
- O EBIT atingiu R\$ 622.529.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em R\$ mil	2022
Receita líquida	1.162.372
Receita de pedágio	970.415
Receita de construção (ICPC 01 R1)	276.161
Outras receitas	10.586
(-) Deduções da receita bruta	94.790
(-) Custos e despesas (a)	539.843
Custos de construção (ICPC 01 R1)	276.161
Demais custos e despesas	263.682
EBIT (b)	622.529
Margem EBIT	53,1%
Margem EBIT ajustada (c)	69,7%
(+) Depreciação/amortização	35.457
EBITDA (b)	657.986
Margem EBITDA	52,1%
EBITDA ajustado	657.986
Margem EBITDA ajustada (d)	73,7%
Lucro líquido	443.687
Dívida bruta (e)	1.053.740
Investimentos - (incluindo manutenção)	384.476
Veículos equivalentes (em milhares)	144.794.253

- (a) Custos totais: custos dos serviços prestados + custos de construção + despesas gerais e administrativas.
- (b) Calculados de acordo com a Instrução CVM nº156/22.
- (c) A margem EBIT ajustada foi calculada por meio da divisão do EBIT pelas Receitas líquidas sem considerar a receita de construção.
- (d) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção.
- (e) Somatório das debêntures de curto e longo prazo (líquidos dos custos de transação).

2.2.1 Destaques de 2022

A receita de pedágio totalizou R\$ 970.415.

As receitas acessórias, provenientes principalmente da exploração de cabos de fibra óptica e de publicidade, totalizaram R\$ 10.275.

2.2.2 Custos e despesas totais

Os gastos totais apresentaram montante de R\$ 545.093. Porém, ao considerarmos apenas os gastos operacionais, tivemos montante de R\$ 233.708.

2.2.3 Investimentos

Os investimentos da CCR RioSP somaram R\$ 366.935 em 2022.

Neste ano, os principais investimentos realizados foram implantação de bases operacionais e aquisição de veículos operacionais.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

	Investimentos
	(em reais mil)
	2022
Recuperação do Pavimento Asfáltico e Sinalização	76.400
Aquisição de ativo imobilizado	81.019
Adição de Obras	209.516
Total	366.935

2.2.4 Captações de recursos

Não houve captação de recursos pela Concessionária em 2022.

2.2.5 Captações de recursos

Em 2022, o valor adicionado líquido a distribuir gerado como riqueza pela Concessionária foi de R\$ 960.770.

2.2.6 Política de Distribuição de Dividendos

Em dezembro de 2022 foi aprovado em AGO o destaque de juros sobre o capital próprio com base no patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2021 (deduzido ou acrescido, pro rata die de eventuais movimentações ocorridas em 2022, exceto quanto ao resultado do próprio exercício), no valor bruto de R\$133.659.

2.2.7 Planejamento Empresarial

A Companhia inicia o primeiro ano da concessão com a continuidade da operação da Via Dutra e o início da operação da BR-101 entre Ubatuba e Rio de Janeiro, além de executar as obrigações contratuais dos trabalhos iniciais com conclusão prevista para o final de fevereiro de 2023.

Prepara-se, também, para os investimentos previstos no contrato executando levantamentos em campo e projetos de engenharia além da aquisição de veículos e equipamentos para ambas as rodovias.

2.2.8 Gestão pela Qualidade Total

A RioSP em 2022 deu início ao processo de adequação para certificação integrada das normas ISO de qualidade 9.001; meio ambiente 14.001, segurança viária 39.001 e gestão de ativos 55.001, a previsão para conclusão do processo de certificação é fevereiro de 2024.

2.2.9 Recursos Humanos

A Concessionária investiu R\$ 953 mil na consultoria DSS para implantação da cultura de segurança na unidade, ao longo do ano foram promovidos diversos treinamentos com os colaboradores para conscientização da importância da segurança do trabalho e desenvolvimento de ferramentas e técnicas, o programa tem como intuito principal reforçar os valores do Grupo CCR com os seus colaboradores.

Durante o ano de 2022 a CCR RioSP realizou treinamentos e capacitações internas para os seus 965 colaboradores, sendo que os principais assuntos abordados foram NR-5 (CIPA), NR-10

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

(Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade), NR-35 (trabalho em altura), Programa de Gerenciamento de Risco, Manejo e Fauna.

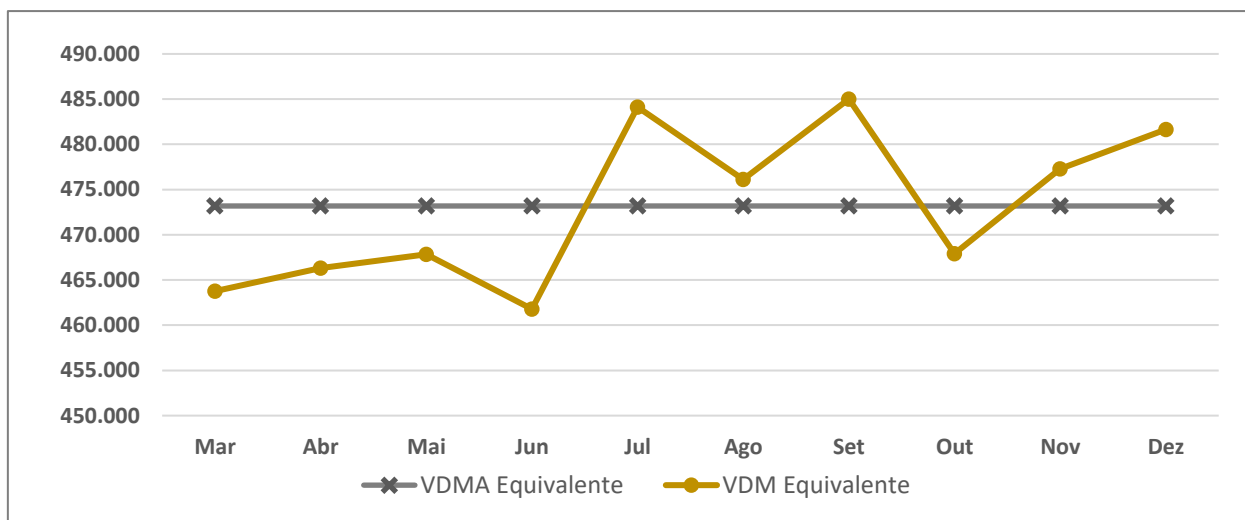
3. Indicadores Operacionais

3.1. Caracterização do Tráfego

3.1.1. Volume

Na figura é apresentado o volume diário médio equivalente por mês e ano, VDM e VDMA respectivamente.

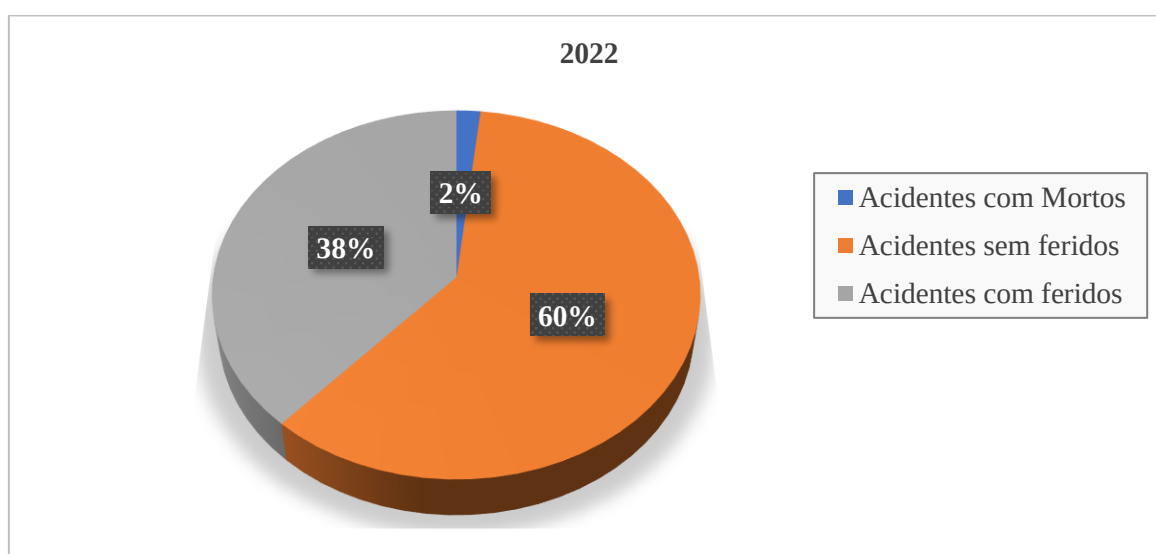
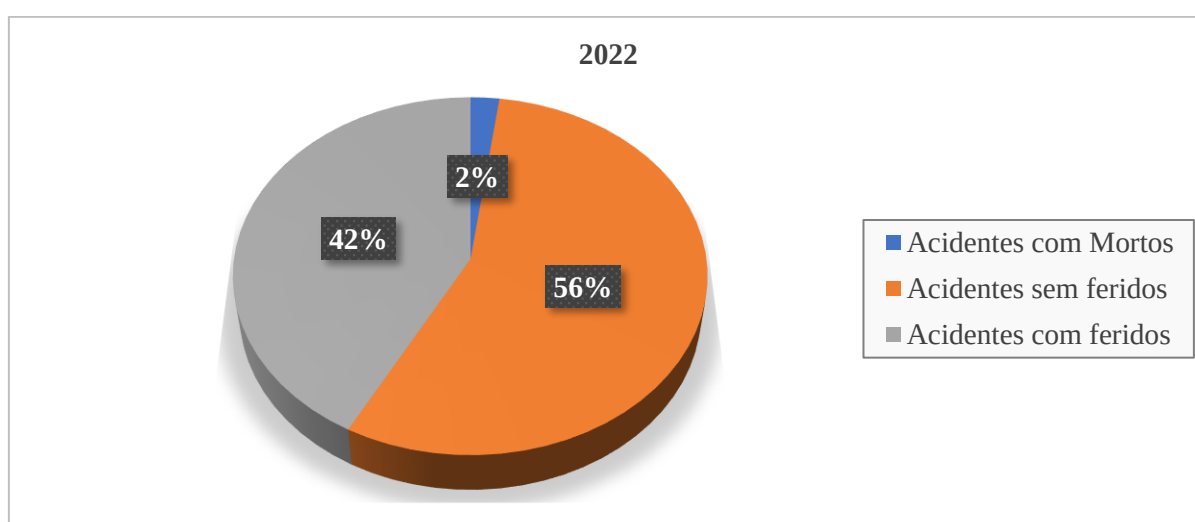
Variação mensal do volume no ano base



3.2. Caracterização do Tráfego

3.2.1. Volume

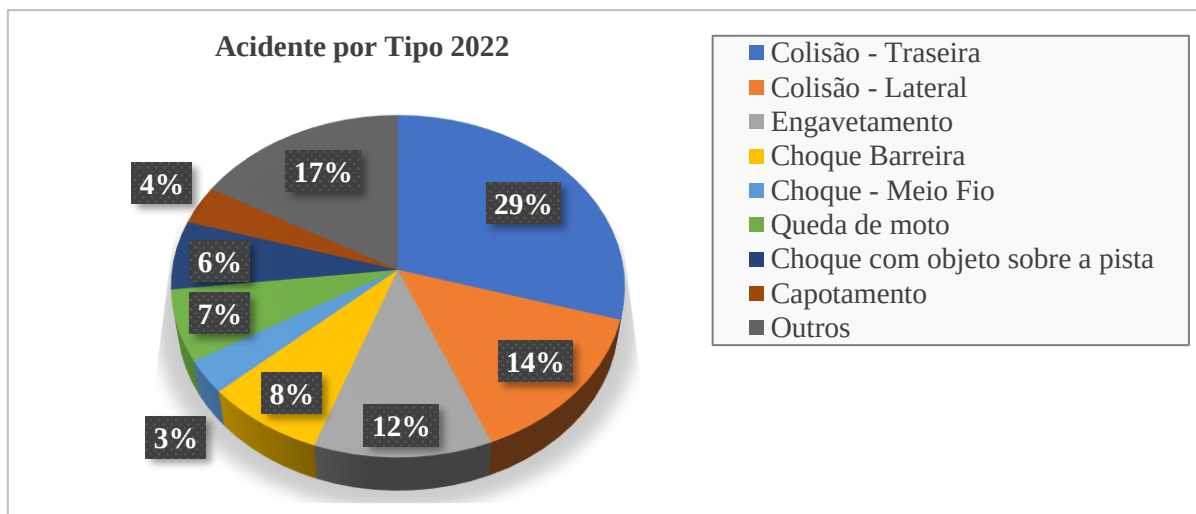
Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e quantidade de sinistros por tipo de veículo no exercício corrente e no exercício anterior.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Percentual de acidentes por gravidade em 2022 BR-116****Percentual de acidentes por gravidade em 2022 BR-101**

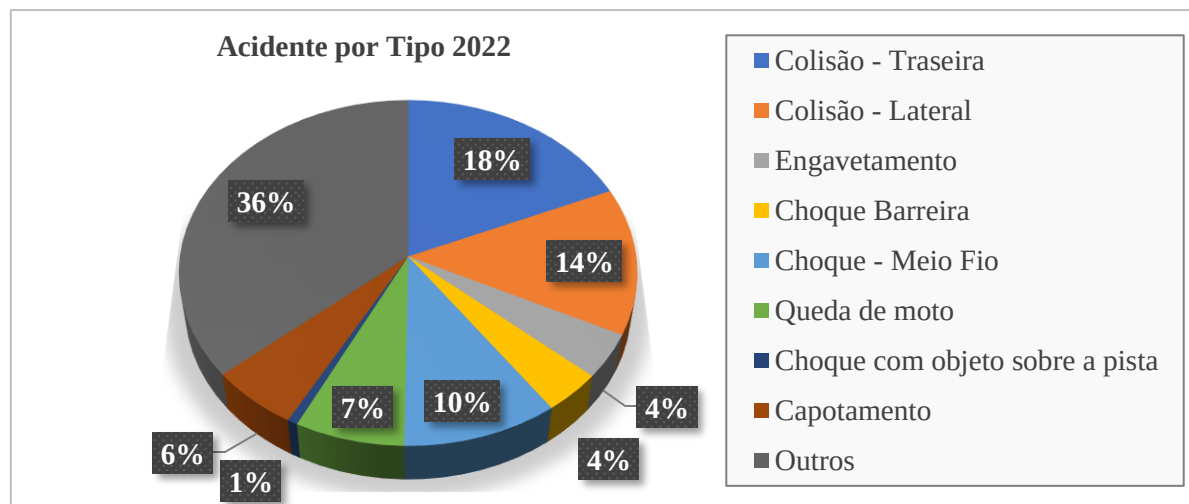
A figura apresenta o valor percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Acidente por tipo em 2022 BR-116



Acidente por tipo em 2022 BR-101



3.3. Dados de Operação da Concessão

3.3.1. Veículos Alocados

Na tabela são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Tipos de veículos alocados na concessão**

Tipo de veículo	Quantidade / BR-116	Quantidade /100km
Viatura de inspeção	28	7
Guincho Leve	33	8
Guincho Pesado	9	2
Guincho Super Pesado	4	1
Carro Resgate (Tipo C)	13	3
Ambulância Simples UTI (Tipo D)	11	3
Balança Móvel	0	0
Balança Fixa	3	1
Veículo leve (supervisão)	4	1
Carreta Reboque animais	5	1
Carreta Reboque de Veículos	22	5
Pipa	5	1
Munck	4	1
Moto	1	0
Caminhão Boiadeiro	3	1
Total de veículos operacionais	145	35
Administração	34	8
Pedágio	4	1
Animal	0	0
Caminhão	0	0
Kombi	0	0
Picape	0	0
Segurança de trabalho	6	1
Manutenção	19	5
Faixa de domínio	23	6
Total de veículos de apoio	86	21

No exercício de 2022, foram registrados 170.366 atendimentos ao usuário por meio do Sistema de Atendimento ao Usuário.

3.3.2. Funcionários Alocados

São apresentadas na tabela as quantidades de funcionários diretos e indiretos empregados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Tipo de funcionários alocados na concessão**

Funcionários	Quantidade	Quantidade/ VDMA
Ger. Tráfego	1	0
Coordenador Tráfego	2	0
Sup. Tráfego	5	1
Inspeção Tráfego	59	11
Administração Balança	0	0
Operadores de Balança	80	15
Laçadores (Campeiro)	33	6
Guincho Leve	83	15
Guincho Pesado e Super Pesado	36	7
Médico	58	11
Resgatista	135	25
Enfermeiro	2	0
Total de Pessoal Operacional	494	91
Coordenador Pedágio	1	0
Sup. Pedágio	27	5
Arrecadador	386	70
Total de Pessoal de Pedágio	414	75
Total	908	165

3.4. Aspectos Financeiros

O demonstrativo tem a finalidade de apresentar a receita da concessionária no ano base deste relatório juntamente com o valor da Receita Acumulada desde o início da concessão. O valor correspondente à receita obtida com pedágios se refere à renda adquirida com os pedágios e com outras fontes de receitas, sejam elas Complementares, Extraordinárias, Alternativas ou provenientes de Projetos Associados.

3.4.1. Receita (em R\$ mil)

	2022	Acumulada
Receitas de pedágio	970.415	970.415
Receitas acessórias	10.275	10.275
Receitas de prestação de serviços entre partes relacionadas	311	311
Total das receitas	981.001	981.001

As seguintes tabelas mostram, respectivamente, os valores dos investimentos e da cobertura dos custos operacionais apresentados pela Concessionária no ano base, assim como os valores acumulados desde o início da concessão.

	2022	Acumulada
Adição do intangível	280.754	280.754
Aquisição de imobilizado	84.966	84.966
Total dos investimentos	365.720	365.720

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

(*) Movimentações caixa

3.4.2. Custos Operacionais (em R\$ mil)

	2022	Acumulada
Custos Operacionais	233.708	233.708

3.4.3. ISS repassados (em R\$ mil)

	2022	Acumulada
Pedágio	58.683	58.683
Acessória	2	2
ISS Total	58.685	58.685

A tabela mostra o valor total dos ISS repassados para as prefeituras no ano base.

3.4.4. Tarifa

A tabela apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano base em cada praça de pedágio, por categoria de veículo.

Valor da tarifa por praça de pedágio em R\$

Concessionária em números

2022 - MAR Á DEZ														
CATEGORIA	TARIFA	AUTO	2D	3D	4D	5D	6D	7D	8D	9D	MOTO	3S	4S	10D
EIXO	EDITAL	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0,5	1,5	2	10
Arujá Manual	3,81536	3,56202	7,12404	10,68606	14,24808	17,81010	21,37212	24,93414	28,49616	32,05818	1,78101	5,34303	7,12404	35,62020
Arujá Automática	3,62459	3,38392	6,76784	10,15176	13,53568	16,91960	20,30351	23,68743	27,07135	30,45527	1,69196	5,07588	6,76784	33,83919
Guararema Manual	3,81536	3,56202	7,12404	10,68606	14,24808	17,81010	21,37212	24,93414	28,49616	32,05818	1,78101	5,34303	7,12404	35,62020
Guararema Automática	3,62459	3,38392	6,76784	10,15176	13,53568	16,91960	20,30351	23,68743	27,07135	30,45527	1,69196	5,07588	6,76784	33,83919
Jacareí Manual	6,90953	6,45074	12,90147	19,35221	25,80295	32,25369	38,70442	45,15516	51,60590	58,05663	3,22537	9,67611	12,90147	64,50737
Jacareí Automática	6,56405	6,12820	12,25640	18,38460	24,51280	30,64100	36,76920	42,89740	49,02560	55,15380	3,06410	9,19230	12,25640	61,28200
Moreira C. Manual	14,43673	13,47813	26,95626	40,43439	53,91252	67,39066	80,86879	94,34692	107,82505	121,30318	6,73907	20,21720	26,95626	134,78131
Moreira C. Automática	13,71489	12,80422	25,60845	38,41267	51,21690	64,02112	76,82535	89,62957	102,43380	115,23802	6,40211	19,20634	25,60845	128,04225
Itatiaia Manual	12,37434	11,55268	23,10537	34,65805	46,21074	57,76342	69,31610	80,86879	92,42147	103,97415	5,77634	17,32903	23,10537	115,52684
Itatiaia Automática	11,75562	10,97505	21,95010	32,92515	43,90020	54,87525	65,85030	76,82535	87,80040	98,77545	5,48752	16,46257	21,95010	109,75050
Viúva Graça Manual	12,90000	4,51500	9,03000	13,54500	18,06000	22,57500	27,09000	31,60500	36,12000	40,63500	2,25750	6,77250	9,03000	45,15000
Viúva Graça Automática	12,25500	4,28925	8,57850	12,86775	17,15700	21,44625	25,73550	30,02475	34,31400	38,60325	2,14463	6,43388	8,57850	42,89250
Viuvinha Manual	12,90000	4,51500	9,03000	13,54500	18,06000	22,57500	27,09000	31,60500	36,12000	40,63500	2,25750	6,77250	9,03000	45,15000
Viuvinha Automática	12,25500	4,28925	8,57850	12,86775	17,15700	21,44625	25,73550	30,02475	34,31400	38,60325	2,14463	6,43388	8,57850	42,89250

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Dados anuais		Unidade de medida ou comentário
Quilômetros de rodovia	672,6	
Número de veículos que transitaram	76.565.021	Quantidade por tamanho
Veículos leves	52.520.177	
Motos	0	
Caminhões	23.569.693	
Ônibus	463.174	
Veículos isentos	11.977	
Número de praças de pedágios	8	
Tarifa	-	Informação detalhada no item 3.4.5
Número de quilômetros mantidos	672,6	Quilômetros por ano
Índice de congestionamento	N/A	Por velocidade média de veículos
Trânsito Médio Diário Equivalente	55.065	Volume do trânsito corrigido por fatores de tipo de veículo
Trânsito Médio Diário Anual Equivalente	55.065	Média anual
Equipamentos utilizados pelo concessionário	203	Informação detalhada no item 3.3.1
Índices de qualidade de estrada	IRI < 3,5 m/KM	Microtextura (Índice de Irregularidade Longitudinal)
	HS>0,50	Macrotextura (Profundidade Média de Areia)
Receita de pedágio	970.415	Expresso em milhares de reais
<u>Fator Capital</u>		
Despesas de Depreciação	35.457	Valores detalhados nas notas explicativas 10 e 11.
Ativo Líquido (disponibilidades)	1.112.005	

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Ativo Bruto	1.280.039	
Série Histórica dos Investimentos	384.476	Em unidades monetárias
Custo de Oportunidade do Capital	3.503.022	Custo de Capital – WACC
<u>Fatores Intermediários</u>		
Despesas em Administração	11.796	Em valores monetários, não incluir despesas trabalhistas administrativas
Despesas em Manutenção	0	Valores monetários
Outras Despesas	30.127	

Seguridade

Quantidade de Acidentes	10.786	
Acidentes c/ vítimas feridas	2.690	
Acidentes s/ vítimas	4.138	
Acidentes c/ mortos	123	
Vítimas feridas	3.707	
Mortos	128	

Indicadores

Receita por veículo	8,48	
Custo por veículo	9,68	

Balanço Social

1. Base de cálculo	2022
Faturamento bruto	
Receita líquida (RL)	1.162.372
Resultado operacional (RO)	617.220
Folha de pagamento bruta (FPB)	51.063
Folha de pagamento bruta - total remunerações	51.063
Folha de pagamento bruta - Total pago a empresas prestadoras de serviços	-

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Indicadores do corpo funcional

Nº de colaboradores ao final do período	961
Nº de admissões durante o período	1.127
Nº de demissões durante o período	162
Nº de estagiários (as)	-
Nº de colaboradores com até 18 anos	2
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	155
Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos	617
Nº de colaboradores acima de 45 anos	187
Nº de mulheres que trabalham na Concessionária	447
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres	50%
Nº de negros (as) que trabalham na Concessionária	388
Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades especiais	20
Total de horas extras trabalhadas	3.450

4. Demais assuntos**4.1. Governança Corporativa**

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva com poderes conferidos pela lei aplicável e de acordo com o Estatuto Social. O Conselho de Administração é, atualmente, composto por dois membros efetivos, dentre os quais um é eleito Presidente. Nossa Diretoria é composta atualmente por três membros.

Os membros do Conselho de Administração, dentre os quais o Presidente, são eleitos pelos nossos acionistas reunidos em Assembléia Geral Ordinária para um mandato unificado de um ano, podendo ser reeleitos. Os membros de nosso Conselho de Administração também podem ser eleitos em Assembléia Geral Extraordinária da Companhia.

Compete à Diretoria Executiva a gestão dos negócios sociais, observadas as deliberações da Assembléia Geral e do Conselho de Administração.

A Diretora de Relações com Investidores da Companhia é a Sra. Carla Henriques Silva Fornasaro, endereçada na Rodovia Presidente Dutra (BR 116 SP/RJ), km 184,3, Bairro Morro Grande, Santa Isabel, Estado de São Paulo pode ser contatada no telefone (11) 2795-2411 ou pelo e-mail cvm.riosp@grupoccr.com.br.

4.2. Sustentabilidade

A sustentabilidade subsidiada pelos pilares ESG é um tema estratégico do Grupo CCR para impulsionar a geração de valor para seus acionistas, clientes, fornecedores, sociedade, colaboradores e todos os outros públicos de relacionamento. Nossa cultura de sustentabilidade permeia os negócios e é fortalecida por uma estrutura de gestão dedicada a avaliar e mitigar os riscos, potencializar as oportunidades a fim de ampliar os impactos positivos nos vieses ambientais, sociais e econômicos em nossas operações.

Essa visão estratégica é assegurada por uma estrutura de governança para que a sustentabilidade ocorra de forma transversal em todo o Grupo CCR, desde o Conselho de Administração (CA) até as concessionárias que administram os ativos de infraestrutura. A atuação do Comitê de Riscos e Reputação, que assessora o CA, contribui para estabelecer diretrizes que alinhem o desenvolvimento dos negócios às demandas e movimentos globais em prol do desenvolvimento

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

sustentável, ao aprimoramento das relações com os stakeholders e à organização das doações e patrocínios a projetos socioambientais.

A definição da estratégia corporativa de sustentabilidade do Grupo CCR é decidida de forma colegiada através da diretoria executiva, do comitê de gente e ESG e do Conselho de Administração da CCR. A diretoria executiva conta com um executivo responsável pela gestão do tema e uma equipe responsável por disseminar e internalizar os conceitos, práticas e estratégia para as divisões de negócio. A responsabilidade pelo planejamento e análise dos projetos socioambientais é do Instituto CCR, também responsável pela gestão do investimento socioambiental.

Um sólido conjunto de políticas corporativas é a base para que a gestão da sustentabilidade esteja em linha com os objetivos estratégicos do Grupo CCR:

- Código de Ética
- Política do Meio Ambiente
- Política de Mudanças Climáticas
- Política de Responsabilidade Social
- Política de Gerenciamento de Riscos
- Política da Empresa Limpa

Para conhecer essas e outras políticas do Grupo CCR, acesse:

<http://ri.ccr.com.br/governanca-corporativa/politicas-estatuto-codigo-de-etica-e-acordo-de-acionistas/>

Visando a transparência de suas ações, anualmente, o Grupo CCR divulga os resultados e avanços na gestão da sustentabilidade dos negócios por meio do relatório anual e de sustentabilidade. Para ler edição mais recente do relatório anual e de sustentabilidade acesse:

<http://www.grupoccr.com.br/sustentabilidade/relatorios>.

4.2.1. Compromissos

Direcionado por seus objetivos estratégicos, o Grupo CCR participa ativamente de iniciativas reconhecidas internacionalmente e que contribuem para o fortalecimento e modernização da sua visão de sustentabilidade, com destaque para:

- Pacto Global (ONU)
- Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)
- Carbon Disclosure Program (CDP)
- Global Reporting Initiative (GRI)
- Relato Integrado (IIRC)

Anualmente, o Grupo CCR divulga os resultados e avanços na gestão da sustentabilidade dos negócios por meio do relatório anual e de sustentabilidade. A edição mais recente do relatório anual e de sustentabilidade está disponível em <http://www.grupoccr.com.br/sustentabilidade/relatorios>.

4.2.2. Instituto CCR

O Instituto CCR, entidade sem fins lucrativos, criado em 2014 responsável por gerir o investimento social do Grupo CCR, proporcionando transformação com apoio a projetos via leis de incentivo, campanhas institucionais e programas proprietários. O foco do Instituto CCR é a inclusão social por meio de iniciativas de geração de renda, saúde, educação, cultura e esporte. Saiba mais em <http://www.institutoccr.com.br>.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

4.2.3. Reconhecimentos e Prêmios

O modelo de negócio sustentável do Grupo CCR e das suas controladas tem sido reconhecido pela sociedade continuamente. Em 2022, a companhia recebeu prêmios e reconhecimentos de destaque, entre eles:

- Prêmio Rodovias Brasil, concedido pelo Ministério da Infraestrutura Intervenção Relevante em Concessões: Liberação do Tráfego (Chuvras de Abril na BR-101/RJ).

4.3. Destaques do Período

Os principais destaques da CCR RiosP em 2022 foram:

- Em março de 2022, a CCR RioSP assumiu a administração das rodovias BR-116 (Via Dutra) e da BR-101 (Rio-Santos);
- Em agosto de 2022, a CCR RioSP iniciou a operação da BR-101 (Rio-Santos);
- Em 2022 foram lançadas novas ferramentas de comunicação o WhatsApp e Aplicativo da concessionária.

4.3.1. Cláusula Compromissória

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante em seu estatuto social.

5. Considerações Finais

5.1 Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e no encaminhamento das questões de maior interesse da Concessionária. Nossos reconhecimentos à dedicação e ao empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Concessionária.

5.2 Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Resolução CVM n.º 162, de 13 de julho de 2022, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não contrataram seus Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses.

As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira e foram elaboradas a partir das demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais não foram objetos de auditoria por parte dos auditores independentes.

5.3 Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 31 da Resolução CVM n.º 80 de 29 de março de 2022 conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Auditores Independentes Ltda. (“KPMG”) as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido nesta data, e com as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Santa Isabel, 30 de março de 2023.

A Administração.

Notas Explicativas

1. Contexto operacional

A Concessionária do Sistema Rodoviário Rio - São Paulo S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima fechada domiciliada no Brasil. A sede está localizada na Rodovia Presidente Dutra, s/nº, km 184,3, pista norte (sentido RJ), bairro Morro Grande, na Cidade de Santa Isabel, Estado São Paulo.

A Companhia foi constituída em 10 de novembro de 2021, tendo o contrato de concessão assinado em 28 de janeiro de 2022 por um prazo de 30 anos.

A Companhia é responsável pela prestação de serviço de exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário Rio de Janeiro (RJ) - São Paulo (SP), composto por: (i) Rodovia BR-116/RJ, entre o entroncamento com a BR-465 no município de Seropédica (km 214,7), e a divisa RJ/SP (km 339,6); (ii) Rodovia BR-116/SP, entre a divisa RJ/SP (km 0) e o entroncamento com a BR-381/SP-015, Marginal Tietê (km 230,6); (iii) Rodovia BR-101/RJ, entre o entroncamento com a BR-465, no município do Rio de Janeiro (Campo Grande) (km 380,8), e a divisa RJ/SP (km 599); e (iv) Rodovia BR-101/SP - entre a divisa RJ/SP (km 0) e Praia Grande, Ubatuba (km 52,1).

As operações foram iniciadas em 1º de março de 2022.

Bens reversíveis, opção de renovação de contratos de concessão e direitos de rescindir o contrato

No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão, sem direito a indenizações. A Companhia terá direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados/amortizados e cuja implementação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

Apesar de os contratos de concessão não incluírem cláusulas de renovação, a extensão do prazo de concessão pode ocorrer em caso de necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato pactuado entre as partes.

O direito do Poder Concedente de rescindir o contrato de concessão incluem o desempenho insatisfatório da concessionária e a violação significativa dos termos do referido contrato.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 30 de março de 2023, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas estão demonstradas na nota explicativa 3o - Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível – ICPC 01 (R1). As incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota

- 8b Impostos diferidos
- 11 Amortização dos ativos intangíveis
- 18 Instrumentos financeiros

3. Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

a) *Receitas de contratos com clientes*

É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita.

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

Notas Explicativas

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

As receitas são reconhecidas no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão ou quando da prestação de serviço.

Os valores das tarifas são pactuados na celebração do contrato de concessão, que preveem as premissas de reajustes anuais.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

b) Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Notas Explicativas

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Notas Explicativas

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
 - substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
 - a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Notas Explicativas

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

- Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação.

- Aplicações financeiras

Refere-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados.

d) Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

e) Ativo imobilizado

- Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição

Notas Explicativas

necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

- Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa n.º 10.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

f) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil.

- Direito de exploração de infraestrutura – vide item “n”

Os ativos em fase de construção são classificados como infraestrutura em construção.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

g) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Notas Explicativas

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado.

- Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários do projeto de infraestrutura detido, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

Notas Explicativas

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

h) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

i) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

j) Benefícios a empregados

- Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

Notas Explicativas

k) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e, se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada.

Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionado a imposto de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras.

O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

Notas Explicativas

l) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

m) Direito da concessão

Em consideração à orientação contida nos itens 12 (b) e 14 da OCPC 05 - Contratos de concessão, é adotada a prática contábil de ativar o preço da delegação do serviço público pago ao Poder Concedente (divulgado na nota explicativa n.º 11).

n) Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01 – R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

Dispêndios realizados na construção de obras de melhorias que não geram benefício econômico futuro são registrados como custo quando incorridos por não atenderem ao critério de reconhecimento de ativo intangível.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

Notas Explicativas

o) Informação por segmento

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área geográfica de concessão da Companhia é dentro dos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

Nenhum cliente externo representa mais do que dez por cento das receitas totais da Companhia.

p) Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme CPCs e aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

q) Arrendamento

A IFRS 16 / CPC 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários.

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos.

Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos e também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Notas Explicativas

Os pagamentos do arrendamento incluem: (i) pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual; (iii) valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; (iv) o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção; e (v) pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "direito de uso de arrendamento" e passivos de arrendamento no balanço patrimonial.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

A Companhia não é obrigada a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento.

Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 12.

r) Adoção inicial de normas novas e alterações

A Companhia avaliou, a partir de 1º de janeiro de 2022, as novas normas abaixo descritas, que não produziram impactos nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2022:

- **Contratos Onerosos - Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37)**

As alterações buscam esclarecer quais custos devem ser considerados na estimativa do custo de cumprimento de um contrato para avaliar se o contrato é oneroso. Para isso, foram considerados tanto os custos incrementais de cumprimento do contrato quanto alocação de outros custos que se relacionam diretamente com o cumprimento do contrato.

- **Revisão anual das normas de IFRS 2018 – 2020 (aplicáveis para a Companhia)**

- i. IFRS 1 – Adoção pela Primeira Vez das Normas IFRS por subsidiárias

Notas Explicativas

- ii. IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – Taxas incluídas no teste de ‘10 por cento’ para baixa de passivos financeiros

Esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de ‘10 por cento’ ao avaliar se um passivo financeiro deve ser desreconhecido. Assim, uma entidade incluiria apenas as taxas pagas ou recebidas entre a entidade (o devedor) e o credor, incluindo taxas pagas ou recebidas pela entidade ou pelo credor em nome da outra parte.

- iii. IFRS 16 – Arrendamentos

A alteração removeu o exemplo de reembolso de benfeitorias em imóveis de terceiros, visto que o exemplo clarifica se o reembolso atenderia à definição de incentivo de arrendamento na IFRS 16.

s) *Novas normas ainda não efetivas*

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2022.

A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Classificação do passivo em circulante ou não circulante - alterações ao CPC 26 (IAS 1) e CPC 23 (IAS 8);
- IFRS 17 - Contratos de seguros;
- Divulgação de políticas contábeis – alterações ao CPC 26 (IAS 8) e IFRS *Practice Statement 2*;
- Definição de estimativas contábeis – alterações ao CPC 23 (IAS 8);
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12);
- Passivos de arrendamento em uma venda e *leaseback* - alterações ao CPC 06 (IFRS 16); e
- Passivo não circulante com *covenants* - alterações ao CPC 26 (IAS 1).

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Caixa e bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.

Notas Explicativas

- Aplicações financeiras

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação;
- c) Risco de taxa de câmbio; e
- d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. Detalhamento a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6, 7, 9, 15 e 19.

Notas Explicativas

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) relativos as debêntures. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamento a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6, 9, 13 e 18.

c) Risco de taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a liquidação de passivos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia tem fluxos operacionais de compras e vendas em outras moedas. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

d) Risco financeiro e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional do negócio, em condições de normalidade.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas n.ºs 9, 15 e 19.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	Menos de 1 ano	Entre 2 e 3 anos
Debêntures (a)	157.596	1.208.294
Fornecedores e outras contas a pagar	81.934	-
Fornecedores - partes relacionadas	13.895	-

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Notas Explicativas**6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras**

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Caixa e bancos	3.421	34
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos e CDB	618.614	-
Total - Caixa e equivalentes de caixa	<u><u>622.035</u></u>	<u><u>34</u></u>

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos e CDB	489.970	1.027.015
Total - Aplicações financeiras	<u><u>489.970</u></u>	<u><u>1.027.015</u></u>

As aplicações financeiras foram remuneradas, à taxa média de 103,17% do CDI, equivalente a 12,82% a.a., em 31 de dezembro de 2022 (102,48% do CDI, equivalente a 4,50% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2021).

7. Contas a receber

	<u>2022</u>
Circulante	
Receitas acessórias (a)	3.260
Pedágio eletrônico (b)	162.693
	<u>165.953</u>

Idade de Vencimentos dos Títulos

	<u>2022</u>
Créditos a vencer	165.953
	<u>165.953</u>

- (a) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas no contrato de concessão; e
- (b) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio.

8. Imposto de renda e contribuição social**a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos**

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

	2022	2021
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	603.120	(1.912)
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(205.061)	650
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas indedutíveis	(173)	-
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(340)	-
Incentivo relativo ao imposto de renda	674	-
Juros sobre capital próprio	45.444	-
Outros ajustes tributários	23	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(159.433)	650
Impostos correntes	(161.451)	-
Impostos diferidos	2.018	650
	(159.433)	650
Alíquota efetiva de impostos	26%	34,00%

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	2021	Reconhecido no resultado	2022	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
			Valor líquido		
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	207	(207)	-	-	-
Pré operacionalidade (b)	1.785	(278)	1.507	1.507	-
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	-	3	3	3	-
Amortização do custo de transação	(1.342)	342	(1.000)	-	(1.000)
Arrendamento	-	103	103	103	-
Provisão para participação nos resultados (PLR)	-	1.089	1.089	1.089	-
Tributos com exigibilidade suspensa de PIS e COFINS	-	629	629	629	-
Programa de Gratificação Longo Prazo	-	337	337	337	-
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	650	2.018	2.668	3.668	(1.000)
Compensação de imposto	-	-	-	(1.000)	1.000
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	650	2.018	2.668	2.668	-

	Reconhecido no resultado de 10/11/2021 a 31/12/2021	2021	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
		Valor líquido		
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	207	207	207	-
Pré operacionalidade	1.785	1.785	1.785	-
Amortização do custo de transação	(1.342)	(1.342)	-	(1.342)
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	650	650	1.992	(1.342)
Compensação de imposto	-	-	(1.342)	1.342
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	650	650	650	-

- (a) O montante de R\$ 207 em 31 de dezembro de 2021 refere-se ao imposto diferido constituído sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, constituído no limite de geração de lucro tributável projetado pela Companhia. A Companhia recuperou o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social no exercício de 2022.

Notas Explicativas

- (b) Conforme IN 1700 de 2017 artigo 128, o imposto diferido das despesas pré operacionais irão realizar-se no momento que a Companhia entrar em operação, sendo realizado de forma linear em 60 parcelas.

9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2022 e 2021, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	Saldos					
	2022			2021		
	Controladora	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Outras partes relacionadas	Total
Ativo						
Aplicações financeiras	-	747.848	747.848	-	-	-
Bancos conta movimento	-	124	124	-	-	-
Contas a receber	1	2.081	2.082	-	-	-
Passivo						
Fornecedor e contas a pagar	7.876	6.341	14.217	-	5.250	5.250
Dividendos e juros sobre capital próprio	113.610	-	113.610	-	-	-
Debêntures	-	366.316	366.316	-	-	-

	Transações					
	2022			2021		
	Controladora	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Outras partes relacionadas	Total
Despesa de prestação de garantias em emissões de dívidas	5.429	-	5.429	-	-	-
Despesas financeiras	-	48	48	-	-	-
Repasse de custos e despesas - CCR GBS	52.708	157	52.865	-	-	-
Repasse de custos e despesas de colaboradores	1.241	2.761	4.002	-	-	-
Benefício da previdência privada de colaboradores	1	130	130	-	-	-
Serviços prestados - consultoria financeira	-	33	33	-	-	-
Receitas Acessórias na Faixa Domínio	-	408	408	-	-	-
Receitas	-	97	97	-	-	-
Receitas de aplicações financeiras	-	13.997	13.997	-	-	-
Receitas financeiras - partes relacionadas	-	201	201	-	-	-
Custos / despesas de serviços prestados - transmissão de dados	-	517	517	-	-	-
Custos /despesas - Serviços de Conservação de Rodovias	-	1.423	1.423	-	5.250	5.250
Custos/despesas com infraestrutura	-	10.571	10.571	-	-	-
Custos /despesas - Serviços especializados e consultorias	-	436	436	-	-	-

Despesas com profissionais chave da Administração

	2022
Remuneração (a):	
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	809
Outros benefícios - remuneração variável:	
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte	399
PPR pago no ano	693
Previdência privada	45
Seguro de vida	2
	<u>1.948</u>

Notas Explicativas**Saldos a pagar aos profissionais chave da administração**

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Remuneração dos administradores (a)	496	-

(a) Contempla valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria.

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 29 de abril de 2022, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 1.548, incluindo salário, benefícios, remuneração variável pagas no ano e contribuição para seguridade social.

10. Ativo imobilizado

		<u>2021</u>		<u>2022</u>	
		<u>Saldo inicial</u>	<u>Adições</u>	<u>Transferências (a)</u>	<u>Saldo final</u>
Valor de custo					
Móveis e utensílios		-	-	39	39
Veículos		-	-	68	68
Equipamentos operacionais		-	-	86	86
Imobilizações em andamento		-	84.974	(193)	84.781
Total do custo		-	84.974	-	84.974
Valor de depreciação					
Móveis e utensílios	10	-	(1)	-	(1)
Veículos	45	-	(1)	-	(1)
Equipamentos operacionais	20	-	(6)	-	(6)
Total da depreciação		-	(8)	-	(8)
Total geral		-	84.966	-	84.966

Não houve custos capitalizáveis no exercício de 2022.

11. Intangível

		<u>2021</u>		<u>2022</u>	
		<u>Saldo inicial</u>	<u>Adições</u>	<u>Saldo final</u>	
Valor de custo					
Direitos de exploração da infraestrutura		17.484	-	17.484	
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		-	1.207	1.207	
Direitos da concessão (a)		2.036.884	-	2.036.884	
Total do custo		2.054.368	1.207	2.055.575	
Valor de amortização					
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(*)	-	(297)	(297)	
Direitos da concessão (a)	(*)	-	(36.024)	(36.024)	
Total da amortização		-	(36.321)	(36.321)	
Total do intangível		2.054.368	(36.321)	2.019.254	
Infraestrutura em construção		-	280.754	280.754	
Total geral		2.054.368	245.640	2.300.008	

Notas Explicativas

	2021	
	Adições	Saldo final
Valor de custo		
Direitos de exploração da infraestrutura	17.484	17.484
Direitos da concessão (a)	2.036.884	2.036.884
Total do custo	<u>2.054.368</u>	<u>2.054.368</u>
Total do intangível	<u>2.054.368</u>	<u>2.054.368</u>

(*) Amortização pela curva de benefício econômico; e

(a) Refere-se a outorga paga como condição precedente para a assinatura do contrato de concessão.

Não houve custos capitalizáveis no exercício de 2022.

12. Arrendamento**a. Direito de uso de arrendamento**

	2021	2022		
	Saldo Inicial	Adições	Depreciação	Saldo Final
Veículos	-	11.053	(335)	10.718
	-	11.053	(335)	10.718

b. Passivo de arrendamento

	2021	2022				
	Saldo inicial	Adições	Reversão do ajuste a valor presente	Pagamentos	Transferências	Saldo final
Circulante	-	3.928	85	(15)	314	4.312
Não Circulante	-	7.125	-	-	(314)	6.811
	-	11.053	85	(15)	-	11.123

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros nominal de 9,64% a.a. para contratos de arrendamentos. A Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi reconhecido como despesa de aluguel o montante de R\$ 8.704, decorrente de arrendamentos mercantis não reconhecidos como tal, dada sua característica de curto prazo.

Cronograma - não circulante

2024	3.960
2025	<u>2.851</u>
Total	<u>6.811</u>

Notas Explicativas**13. Fornecedores**

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Circulante		
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	75.509	99
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros	21	-
Cauções e retenções contratuais (b)	<u>6.404</u>	<u>-</u>
	<u>81.934</u>	<u>99</u>
Não circulante		
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	<u>598</u>	<u>1.005</u>
	<u>598</u>	<u>1.005</u>

- (a) Os saldos referem-se principalmente aos fornecedores de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação; e
- (b) Trata-se de retenção contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas destes prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária da Companhia. Em média, são retidos 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

14. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões cíveis e trabalhistas.

A Companhia constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

14.1 Processos com prognóstico de perda provável

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	<u>2021</u>	<u>2022</u>			
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Constituição</u>	<u>Reversão</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Saldo final</u>
Não circulante					
Cíveis e administrativos	-	3.705	(1)	(3.704)	-
Trabalhistas e previdenciário	<u>-</u>	<u>9</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>9</u>
	<u>-</u>	<u>3.714</u>	<u>(1)</u>	<u>(3.704)</u>	<u>9</u>

Notas Explicativas**14.2 Processos com prognóstico de perda possível**

A Companhia possui outros riscos relativos a questões tributárias, cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não determinam sua contabilização.

	<u>2022</u>
Cíveis e administrativos	2.347

15. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar em 2022	Vencimento final	2022	2021
1ª Emissão - Série única	CDI + 1,75% a.a.	1,8449% (a)	4.372	2.941	Dezembro de 2024	1.053.740	1.048.679 (b)
Circulante							
Debêntures						6.681	2.626
Custos de transação						(1.457)	(1.183)
						<u>5.224</u>	<u>1.443</u>
Não Circulante							
Debêntures						1.050.000	1.050.000
Custos de transação						(1.484)	(2.764)
						<u>1.048.516</u>	<u>1.047.236</u>

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.

Garantias:

- (b) Fiança corporativa da Controladora CCR S.A. em condição suspensiva, no caso de término antecipado do contrato de concessão.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	<u>2022</u>
2024	1.050.000
(-) Custo de transação	<u>(1.484)</u>
Total	<u><u>1.048.516</u></u>

As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e estão sendo cumpridas regularmente. Não há quebra de *covenants* relacionados as debêntures.

Caso haja a comprovação, pela emissora ao agente fiduciário, a qualquer momento a partir de 15 de dezembro de 2022 (inclusive), de que a proporção do indicador dívida líquida *completion* financeiro/*ebtida* ajustado *completion* financeiro da emissora é menor ou igual a 3 vezes, a fiança ora existente poderá ser retirada pela fiadora. As partes, desde já, deixam claro e ajustado que o cumprimento do *completion* financeiro visa apenas liberar a fiadora da fiança ora outorgada, de modo que o não cumprimento do *completion* financeiro durante a vigência das debêntures, em nenhuma hipótese, configurará evento de inadimplemento.

Notas Explicativas

Haverá restrição ao pagamento de dividendos pela emissora e/ou de juros sobre capital próprio, em valor superior ao do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e/ou aos juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios, caso a relação dívida financeira líquida da emissora/*ebtida* ajustado da emissora, a qual será apurada anualmente com base nas demonstrações financeiras, seja superior a 4,5 vezes (“índice financeiro da emissora”), exceto se a emissora optar por contratar e apresentar ao agente fiduciário, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis da data pretendida para distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio pela emissora, carta(s) de fiança bancária no valor correspondente à dívida representada pelas debêntures em circulação, emitida por uma instituição financeira autorizada, e devidamente registrada(s) nos cartórios de registro de títulos e documentos competentes.

Haverá restrição a distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, pela fiadora, durante o prazo da fiança, em valor superior ao do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e/ou aos juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios, caso a relação dívida financeira líquida da fiadora/*ebtida* ajustado da fiadora a qual será apurada anualmente com base nas demonstrações financeiras consolidadas da fiadora, seja superior a 4,5 vezes (“índice financeiro da fiadora”), exceto se a emissora ou a fiadora optarem por contratar e apresentar ao agente fiduciário, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis da data pretendida para distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio pela fiadora, carta(s) de fiança bancária devidamente registrada(s) nos cartórios de registro de títulos e documentos competentes.

16. Patrimônio Líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 2.034.113, compostos por 2.034.112.500 ações ordinárias e sem valor nominal.

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo n.º 193 da lei n.º 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Reserva de retenção de lucro

Em 31 de dezembro de 2022, foi constituída reserva de lucros em razão da retenção de parte do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76.

d. Dividendos

Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).

Notas Explicativas

	<u>2022</u>
Lucro líquido do exercício	443.687
(-) Constituição de reserva legal	<u>(22.121)</u>
Lucro líquido ajustado	<u>421.566</u>
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	<u>105.392</u>
Total de juros sobre capital próprio a pagar	(113.610)

e. Juros sobre capital próprio

Em 12 de dezembro de 2022, foi aprovado em Ata de Reunião do Conselho de Administração (ARCA), o destaque dos juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$ 133.659, relativo ao lucro do exercício, correspondente ao montante líquido de R\$ 113.610, deduzidos de 15% de imposto de renda retido na fonte (IRRF) correspondente a R\$ 20.049, a serem pagos quando oportuno.

f. Lucro por ação básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Numerador		
Lucro líquido	443.687	(1.262)
Denominador		
Média ponderada de ações - ordinárias (em milhares)	2.034.123	2.034.123
Lucro por ação ordinária - básico e diluído	0,21812	(0,00062)

17. Receitas operacionais

	<u>2022</u>
Receitas de pedágio	970.415
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	276.161
Receitas acessórias	10.275
Receitas de prestação de serviço de partes relacionadas	<u>311</u>
Receita bruta	<u>1.257.162</u>
Impostos sobre receitas	(94.675)
Abatimentos	<u>(115)</u>
Deduções das receitas brutas	<u>(94.790)</u>
Receita operacional líquida	<u>1.162.372</u>

Notas Explicativas**18. Resultado financeiro**

	2022	2021
Despesas Financeiras		
Juros sobre debêntures	(146.673)	(2.626)
Comissão de fianças partes relacionadas	(5.429)	-
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	(9)	-
Ajuste a valor presente	(85)	-
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(1.485)	(405)
	<u>(153.681)</u>	<u>(3.031)</u>
Receitas Financeiras		
Juros e variações monetárias	201	
Rendimento sobre aplicações financeiras	134.012	6.369
Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros	6	-
Juros e outras receitas financeiras	53	-
	<u>134.272</u>	<u>6.369</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(19.409)</u>	<u>3.338</u>

19. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, assim como em operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Controladora CCR S.A. possui um Comitê de Estratégia, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração da Controladora CCR S.A. sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro a seguir:

Notas Explicativas**Instrumentos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo**

		<u>2022</u>	<u>2021</u>
	Nível		
Ativos			
Valor justo através do resultado			
Caixa e bancos	Nível 2	3.421	34
Aplicações financeiras	Nível 2	1.108.584	1.027.015
		<u>1.112.005</u>	<u>1.027.049</u>
Custo amortizado			
Contas a receber		165.953	-
Contas a receber - partes relacionadas		2.082	-
		<u>168.035</u>	<u>-</u>
Passivos			
Custo amortizado			
Debêntures (a)	Nível 2	(1.053.740)	(1.048.679)
Fornecedores e outras contas a pagar		(84.872)	(99)
Fornecedores - partes relacionadas		(14.097)	(5.250)
		<u>(1.152.709)</u>	<u>(1.054.028)</u>
		<u>127.331</u>	<u>(26.979)</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

- **Debêntures mensuradas ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos (nível 2), os saldos apurados seriam os seguintes:

	2022		2021	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a) (b)	1.056.681	1.089.413	1.052.629	1.104.951

(a) Valores brutos dos custos de transação; e

(b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item “Hierarquia do valor justo”.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações nas taxas de juros.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que

Notas Explicativas

demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre as aplicações financeiras com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2023 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Risco	Exposição em R\$ (3) (4)	Efeito em R\$ no resultado		
		Cenário provável	Cenário A 25 %	Cenário B 50 %
CDI ⁽²⁾	1.056.681	(162.438)	(198.454)	(234.454)
Efeito sobre debêntures		<u>(162.438)</u>	<u>(198.454)</u>	<u>(234.454)</u>
CDI ⁽²⁾	1.108.584	97.132	120.885	144.446
Efeito sobre as aplicações financeiras		<u>97.132</u>	<u>120.885</u>	<u>144.446</u>
Total do efeito de ganho / (perda)		<u>(65.306)</u>	<u>(77.569)</u>	<u>(90.008)</u>
A taxa de juros considerada foi ⁽¹⁾:				
CDI ⁽²⁾		13,6500%	17,0600%	20,4700%

- (1) A taxa apresentada acima serviu como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo;

Nos itens (2) a (4) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 31/12/2022, divulgada pela B3;
- (3) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e, também, não consideram os saldos de juros em 31/12/2022, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e
- (4) Os cenários de estresse contemplam depreciação dos fatores de risco (CDI).

20. Compromissos vinculados a contratos de concessão

Além dos pagamentos de verbas de fiscalização ao Poder Concedente, a Companhia assumiu compromissos de realizar novos investimentos, substancialmente representados por obras de ampliação, alargamento e recuperação das rodovias. Conforme orçamento de capital estabelecido entre a Companhia e o Poder Concedente, em 31 de dezembro de 2022 esses compromissos estavam estimados em R\$ 15.233.241.

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

21. Demonstração do fluxo de caixa

- a. A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos para cumprimento das obrigações do contrato de concessão.

Notas Explicativas**b. Reconciliação das atividades de financiamento**

	Debêntures	Juros sobre capital a pagar	Passivo de arrendamento	Total
Saldo Inicial	(1.048.679)	-	-	(1.048.679)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Pagamentos de juros	141.187	-	15	141.202
Juros sobre capital próprio pago	-	20.049	-	20.049
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	141.187	20.049	15	161.251
Outras variações				
Juros sobre debêntures	(146.673)	-	-	(146.673)
Reversão do ajuste a valor presente	-	-	(85)	(85)
Outras variações que não afetam caixa	425	(133.659)	(11.053)	(144.287)
Total das outras variações	(146.248)	(133.659)	(11.138)	(291.045)
Saldo Final	<u>(1.053.740)</u>	<u>(113.610)</u>	<u>(11.123)</u>	<u>(1.178.473)</u>

22. Evento subsequente**3º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão**

Em 27 de fevereiro de 2023, foi celebrado o 3º termo aditivo contratual entre a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT e a Concessionária do Sistema Rodoviário Rio – São Paulo, no qual fica instituído o período de implementação e funcionamento do ambiente regulatório experimental (Sandbox Regulatório), permitindo, nos termos da cláusula 3.2.1 do referido termo, a operação do sistema de cobrança eletrônica em Fluxo Livre (free flow) nos pórticos implantados na Rodovia BR-101/RJ e início das tratativas necessárias para regulamentação das alterações necessárias no CONTRATO DE CONCESSÃO e respectivos anexos, notadamente aquelas relacionadas às cláusulas 7ª e 8ª (Anexo 03) e item 3.4.3 e respectivos subitens (Anexo 04) do Programa de Exploração da Rodovia (PER). Ressalta-se que durante o período de vigência do ambiente regulatório experimental, serão também apurados os riscos e custos operacionais e dos investimentos, para posterior recomposição do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

Notas Explicativas

Composição do Conselho de Administração

Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Presidente
Pedro Paulo Archer Sutter	Membro Efetivo
Roberto Penna Chaves Neto	Membro Efetivo

Composição da Diretoria

Carla Henriques Silva Fornasaro	Diretora Presidente
Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Diretor
Thais Caroline Borges	Diretora

Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti
CRC 1SP190868/O-0

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos acionistas e Administradores da
Concessionária do Sistema Rodoviário Rio – São Paulo S.A.
Santa Isabel – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária do Sistema Rodoviário Rio – São Paulo S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária do Sistema Rodoviário Rio – São Paulo S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Capitalização de gastos relacionados aos ativos de concessão

Veja as Notas 3 (g), 3 (o) e 11 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria Como auditoria endereçou esse assunto

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 280.754 mil referente a infraestrutura em construção que está sendo realizada na concessão.

Conforme ICPC 01/OCPC 05 – Contratos de concessão, os gastos com melhorias ou ampliações da infraestrutura são reconhecidos como ativos, uma vez que representam serviços de construção com potencial de geração de receitas adicionais, enquanto que os gastos com manutenção da infraestrutura são reconhecidos como despesas quando incorridos, uma vez que não representam potencial de geração de receita adicional.

A Companhia exerceu julgamentos para determinar quais os gastos que possuem potencial de geração de receitas adicionais e, consequentemente, são reconhecidos como ativos.

Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria, devido à natureza da política contábil relativa ao assunto e ao julgamento realizado pela Companhia para aplicação dessa política contábil, que pode ter efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Testes documentais, em base amostral, dos gastos com a construção e melhoria da infraestrutura em construção, incluindo: a inspeção das medições, notas fiscais, comprovantes de pagamentos e contratos.
 - Avaliação, em base amostral, da natureza dos gastos com a construção, melhoria e manutenção da infraestrutura, considerando os critérios e políticas contábeis para determinação se tais gastos são qualificáveis ou não para capitalização.
 - Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes.
- Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis os gastos capitalizados com construção e melhoria da infraestrutura, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de março de 2023.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP

Marcelo Gavioli
Contador CRC 1SP201409/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO DA DIRETORIA**

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da Kpmg Auditores Independentes Ltda. sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido no dia 30 de março de 2023, e com as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Santa Isabel/SP, 30 de março de 2023.

CARLA HENRIQUES SILVA FORNASARO
DIRETORA PRESIDENTE

EDUARDO SIQUEIRA MORAES CAMARGO
DIRETOR

ANGELO LUIZ LODI
DIRETOR

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da Kpmg Auditores Independentes Ltda. sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido no dia 30 de março de 2023, e com as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Santa Isabel/SP, 30 de março de 2023.

CARLA HENRIQUES SILVA FORNASARO
DIRETORA PRESIDENTE

EDUARDO SIQUEIRA MORAES CAMARGO
DIRETOR

ANGELO LUIZ LODI
DIRETOR